



# Anais da Assembléia

Nº 48

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE ABRIL DE 1992.

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1991  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e João Arruda.

As quinze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (53). Em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus declaro aberta a presente sessão de audiência do Secretário de Estado da Fazenda, Doutor Heron Arzua, para prestar esclarecimento sobre denúncia veiculada na imprensa, a respeito da contratação do escritório jurídico particular pelo liquidante do BADEP, Senhor Moacir Hércules de Souza.

O Requerimento de autoria da Bancada do PT diz o seguinte (LÊ):

"Os Deputados que abaixo subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja solicitada a presença do Excelentíssimo Senhor Heron Arzua, Secretário do Estado da Fazenda para prestar esclarecimentos ao Plenário desta Casa, sobre a denúncia veiculada pela "Folha de Londrina" do dia 08 de março, a respeito da contratação do escritório jurídico particular pelo liquidante do BADEP, Senhor Moacir Hércules,

cujas cópia está anexa a este requerimento."

Conforme dispõe o Regimento Interno da Assembléia, está reunida em Comissão Geral, artigo 98 do Regimento.

Esta Presidência, para cumprir o que determina o Regimento Interno, esclarece a este Plenário que o Senhor Secretário de Estado poderá falar até trinta minutos.

Encerrada a exposição do Senhor Secretário de Estado, as perguntas poderão ser formuladas pelos Senhores Deputados que se inscreveram previamente, não podendo cada um fazer por mais de cinco minutos.

Para responder a cada interpelação o Senhor Secretário de Estado terá o mesmo tempo que Deputado teve para formular.

Serão permitidas réplicas e tréplicas pelo prazo de três minutos improrrogáveis.

É lícito aos líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos sem apartes.

Sobre a mesa o livro para inscrições.

Os Senhores Deputados que quiserem formular perguntas poderão se inscrever no livro próprio que está sobre a Mesa.

Vou suspender a sessão por cinco minutos para que os Senhores Deputados possam se inscrever.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, pela ordem.

Eu pergunto a Vossa Excelência se nós poderemos ou deveremos nos inscrever após a exposição do Secretário, porque, provavelmente, após as exposições dele é que surgirão dúvidas ou questionamento que os Deputados deverão questioná-los.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Regimento Interno determina a inscrição prévia. Vossa Excelência pode se inscrever e depois dispensar a sua inscrição.

(É suspensa a Sessão).

Está reaberta a presente sessão.

Concedo a palavra ao Senhor Secretário Dr. Heron Arzua.

O SR. HERON ARZUA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando eu recebi um Ofício da Assembléia a respeito desse assunto do BADEP, fiz uma resposta, por escrito, dizendo que, em resumo, que o Estado do Paraná não tem nenhuma ingerência na liquidação extrajudicial do BADEP. Ele está a cargo do Banco Central por determinação de lei, e o liquidante só obedece às determinações do Banco Central.

Nós temos acompanhado o processo de liquidação em suas diversas fases e tomamos algumas providências em relação a esses assuntos, que são de interesse da Assembleia. Quando eu recebi esse comunicado, eu pedi ao conversar com o liquidante do BADEP, que disse que não tinha nenhuma restrição em vir à Assembleia Legislativa acompanhado por mim ou não, mas que ele não tinha nenhuma restrição de vir aqui dar amplos e cabais esclarecimentos, até porque, este assunto já foi objeto de investigação do Banco Central, do Tribunal de Contas da União, se não me falha a memória, e do Tribunal de Contas do Estado, e ele já tem um atestado de boa conduta quanto à contratação desse escritório de advocacia ou desses advogados.

Aliás, quem conhece um processo de liquidação, tem conhecimento que isto, no fundo, é um grande escritório de advocacia que vira isto.

Então, eu tinha feito esse ofício e não sabia que hoje tinha sido marcada o mesmo assunto, se não eu teria trazido aqui com a maior boa vontade o liquidante que tem amplos esclarecimentos.

Então, vou pedir ao Presidente da Assembleia que adie para uma próxima sessão em que seja marcada e eu viria acompanhado dele, embora eu ressalte, o Estado do Paraná, o Governo do Paraná, não tem, por lei federal, nenhuma ingerência no processo de liquidação, enquanto ele estiver em liquidação extrajudicial, regido por lei federal e comandado pelo Banco Central por via de um liquidante.

Seria isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputados inscritos poderão formular perguntas, por cinco minutos.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, nobre Senhor Secretário Heron Arzua, Presidente do Banestado Heitor Wallace, Diretor Vice-Presidente do Banestado Walter Senhorinho, Deputado João Arruda, Nelson Garcia e demais Deputados.

Nós havíamos nos inscritos para questionar o Secretário, mas entendo que nem necessidade há, neste momento, de fazer qualquer questionamento, dada a colocação objetiva, clara e bastante incisiva da parte do Dr. Heron Arzua, acerca do assunto ligado à contratação do escritório de advocacia por parte do liquidante do BADEP.

Este já era o nosso entendimento tendo em vista os contatos que nós mantivemos por ocasião das manifestações através da imprensa acerca deste assunto, contatado com o Dr. Hércules e até mesmo com setores do Governo do Estado do Paraná, fomos informados de que o assunto está restrito e

diretamente ligado ao Banco Central e à responsabilidade do liquidante.

Então nesse sentido, Senhor Presidente, apenas para reforçar aquilo que já tínhamos em convicção e agradecer a presença do Secretário Heron Arzua nesse momento, prestando esse esclarecimento que já havíamos prestado a alguns Parlamentares que nos questionavam naquela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Secretário Heron Arzua com a palavra.

O SR. HERON ARZUA - Bom, não obstante isso, o liquidante do Banco Central faz absoluta questão de vir à Assembleia Legislativa explicar em pormenores, o problema dessa contratação e de quaisquer outros assuntos relativos à liquidação do BADEP.

Portanto, eu não gostaria de fechar essa questão, embora o Estado não tenha uma ingerência direta, o liquidante quer vir à Assembleia Legislativa, discutir esse assunto com os Deputados.

Então, se eu fosse informado que seria hoje esse debate, ele tranqüilamente teria vindo comigo e nós poderíamos até ter iniciado.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ressaltamos aqui a presença do Secretário Heron Arzua e do Presidente do BANESTADO, mas eu acho que em virtude da colocação feita anteriormente pelo Secretário Arzua e pelo líder do governo e novamente respondido pelo Secretário, creio que a referida convocação fica prejudicada, no momento em que o Secretário também justifica o desconhecimento do assunto que seria tratado neste momento e pretende que se faça a convocação de uma nova sessão, para trazer o liquidante, e responder às questões em pauta.

Então eu creio que esta sessão a partir deste momento, se torna prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há questão de ordem a decidir. Com a palavra, o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Eu declino, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Em virtude do pronunciamento do líder do PMDB, eu declino também, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dr. Rossinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhores Deputados.

A respeito da intervenção do Banco Central no BADEP, são inúmeras e contraditórias as informações que chegam até essa Assembléia, desde o momento da intervenção, até hoje, uma vez que ela foi bastante obscura, a razão da intervenção.

Nós temos informações e gostaríamos que oportunamente o Senhor Secretário ou desmentisse ou confirmasse, trazendo cópia do ofício do Senhor Governador Alvaro Dias, solicitando intervenção no BADEP e também, que consiga explicar para essa Assembléia Legislativa, como e porque os balanços do BANESTADO eram feitos pela "Directa", mudada uma lei para novamente contratar os auditores da "Directa", cujo auditor, Eliseu Martins, um dos Diretores do BACEN, quando por ocasião da intervenção no BADEP.

São questões sérias e que até hoje estão obscuras e que não foram esclarecidas à Assembléia Legislativa.

O SR. HERON ARZUA - O Senhor Deputado está nos questionando a respeito de fatos que ocorreram anteriormente a nossa assunção e assunção do novo Governo do Estado do Paraná.

Eu sei, como o nobre Deputado, que o Governador anterior pediu a intervenção no BADEP, extrajudicialmente. Quanto a esse negócio de "Directa" eu nem sei o que é isso, nunca ouvi falar nisso, estou absolutamente por fora desse problema.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Quanto ao fato de o Senhor Governador pedir intervenção, solicitamos ao Senhor Secretário cópia do ofício do pedido de intervenção, uma vez que o Governo do Estado permanece funcionando, mesmo que tenha sido o antecessor que tenha pedido.

Solicitamos cópia desse ofício e quanto a questão da "Directa", no final do ano 90 mudou-se uma lei estadual que permitia a recontração de empresas de auditores. Mudou um dos artigos. Falha-me a memória a Lei, mas eu posso ceder ao Senhor Secretário, pois nós a temos no arquivo. Essa empresa só poderia ser contratada por dois anos e foi recontraída, e, depois, em função de denúncias públicas, foi revista esta contratação e ela foi dispensada. E o Senhor Eliseu Martins era um dos auditores da "Directa" e pela ocasião da intervenção do BADEP era um dos diretores do BACEN.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Secretário fará a réplica.

O SR. SECRETARIO (Heron Arzua) - Eu não tenho a menor condição de discutir isso. Não conheço este assunto, nunca tinha

ouvido falar em "Directa". Quanto ao Senhor Eliseu Martins eu o conheci como diretor de fiscalização do Banco Central, na gestão da anterior Ministra da Economia. Fora disto não tenho condições de...

E quanto ao ofício, como foi um ofício do Governador do Estado, ele deve estar nos artigos do Palácio Iguaçu e eu vou pedir ao Palácio, à Casa Civil que remeta à Assembléia uma cópia desse pedido de intervenção do BADEP.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Mário Bezerra.

O SR. MARIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com os argumentos do nobre Secretário Heron Arzua, concordo com o que foi dito pelo Deputado Paulo Maia de que a sessão está prejudicada. E mais: para que esta Casa tome um conhecimento a fundo do problema BADEP, para que nós possamos tomar pé de toda a importância de que o assunto se reveste a nível de Paraná, eu até sugeriria, quando da sugestão do nobre Secretário de vir até esta Casa o liquidante Moacyr Hércules, também fosse convidada uma autoridade do ex-BADEP, e sugiro, inclusive, o nome do Diretor de Investimento à época, o Senhor Geraldo Molina.

Acredito que o ex-Diretor do BADEP tem muito a informar a esta Casa. Concorro plenamente com o que disse o Senhor Deputado Paulo Maia de que a nossa reunião está prejudicada, por falta de embasamento do Secretário Heron Arzua.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há mais Deputados inscritos.

Suspendo a sessão por alguns instantes para reiniciarmos logo mais a segunda fase da audiência do Senhor Secretário de Estado Heron Arzua, acompanhado dos Senhores Heitor Wallace de Mello e Silva e Walter Senhorinho, Presidente do Banco do Estado do Paraná e o Presidente do BANESTADO Informática, respectivamente, para prestarem esclarecimentos a respeito do projeto de incorporação da "BISA" ao BANESTADO, atendendo requerimento aprovado por esta Casa.

(É suspensa a Sessão).

Está reaberta a sessão.

O Senhor Secretário Heron Arzua poderá falar até 30 minutos, prorrogáveis quinze pelo Plenário, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

O SR. HERON ARZUA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A respeito do projeto de incorporação da BANESTADO Informática pelo BANESTADO, eu, na qualidade de Presidente do Conselho da Administração, em função de ser Secre-

tário da Fazenda, aprovei as linhas gerais, em reunião do Conselho, a respeito deste procedimento.

Alguns dados, à época em que a Diretoria pediu autorização para iniciar um processo desta natureza, alguns dados me impressionaram muito. O principal deles é uma área pela qual eu tenho bastante afinidade, que é a área fiscal.

Creio que este processo de incorporação, ou se pelo menos os estudos futuros vierem a indicar que não se fará um processo de incorporação como nós entendemos, juristicamente, eu não tenho nenhuma dúvida de que os serviços de informática devem ser desempenhados dentro do BANESTADO. Haverá várias razões, entre elas, um processo de racionalização. Mas, para mim, a que mais me impressionou, à época, foi a questão fiscal.

BANESTADO, tendo serviço de informática de uma empresa que, teoricamente, é sua, ela paga por este serviço, já no seu faturamento, 5% sobre imposto sobre serviços à Prefeitura, 2% de FINSOCIAL, 0,65% de PIS/PASEP, Imposto de Renda, com a alíquota de 35% sobre o lucro. E, antes do lucro, a contribuição social sobre o lucro, que hoje está em torno de 10%, também.

Portanto, só estas razões, se eu fôra consultado como advogado especialista nesta matéria, eu aconselharia que BANESTADO abrangesse este serviço, dentro, como se fôra um departamento seu, pela razão de que nós não teríamos todas estas incidências tributárias.

E, estes processos que nós vimos nos últimos anos, de criação de empresas e incorporação de empresas, sempre, a maior motivação fiscal. Informavam-me os Diretores do BANESTADO que a criação da BISA (sic) se deu em função de razões fiscais. Com a mudança do quadro fiscal, a partir da legislação do imposto de renda e principalmente a partir de 1.988, com a nova Constituição, não há porque a informática do BANESTADO ficar pagando impostos aos Governos municipais e federais, por um serviço que se prestado internamente, dentro do banco, não teria incidência nenhuma.

Então, quando o Conselho de Administração aprovou esta orientação, que a Diretoria nos pedia que autorizasse um início de um procedimento de incorporação ou de uma outra solução, eu fui informado, hoje pela manhã de que não há, ainda, formalmente, um processo de incorporação, mas há a vontade de que os serviços de informática sejam prestados diretamente pelo Banco.

E isso é um fenômeno que ocorreu com todas as instituições financeiras brasileiras. Decorrente de um problema fiscal,

se criaram novas empresas e decorrentes da nova estrutura tributária, todas as novas instituições estão absorvendo estes serviços que poderiam ser prestados intimamente dentro do BANESTADO.

E nós estamos acompanhando isto com muito rigor, principalmente diante destes episódios que vêm ocorrendo recentemente, quanto à responsabilidade das pessoas que compõem os Conselhos de Administração.

Então, nós, "ex-officio", de Presidente do Conselho de Administração que por estar o BANESTADO vinculado formalmente à Secretaria da Fazenda, estaremos atentos a este processo, porque em primeiro lugar nós estaremos defendendo - os Senhores não tenham a menor dúvida - os interesses do Banco e da Administração Pública. Toda e qualquer matéria em que houver divergência, seja num acordo com os funcionários, seja num processo fiscal, seja enfrentando a questão do Imposto de Renda, nós estaremos defendendo o patrimônio público.

Onde tiver uma interpretação favorável a essa defesa, nós estaremos. Os Senhores vêem que não é mais possível os Presidentes do Conselho, os membros de Conselho Fiscal, apenas terem uma indicação nominal e apenas referendar atos dessas Instituições.

Eu fico tranquilo porque o BANESTADO na realidade além da Diretoria Executiva, além do Secretário da Fazenda, em verdade ele é dirigido pelo próprio Governador do Estado que é quem decide todas as questões fundamentais relativas ao Banco do Estado, porque é por via do Banco do Estado que ele quer realizar uma política dele de apoio à agricultura paranaense.

O BANESTADO foi escolhido como agente desse instrumento.

Para não tomar mais o tempo dos Senhores, vou - se os Senhores me permitirem - passar a palavra ao Dr. Walter Senhorinho, que é o responsável por isto e que está em condições de entrar em minúcias e pormenores a respeito dessa matéria.

O SR. WALTER SENHORINHO - Senhor Presidente dessa Assembléia Dr. Anibal Khury; Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado, Dr. Heron Arzua; Nosso Presidente, Dr. Heitor; Secretário João Arruda; Senhores Deputados; meus companheiros e diretores que aqui se encontram presente; nossos colegas assessores; funcionários da Mesa e dos Sindicatos.

Eu montei aqui uma introdução de alguns tópicos do porquê da BISA ao Banestado. São nove tópicos, depois nós vamos entregar esses pontos aos Senhores, essa leitura, inclusive a imprensa, porque é um documento totalmente transparente, não esconde nada. Mas principalmente eu gostaria de fazer uma colocação.

Todos os Técnicos que o Banco promoveu para incorporação da BISA, um grupo de técnicos inclusive com a participação de funcionários da própria BISA, recomendou porque quando nós tínhamos o Projeto de Incorporação da BISA ao Banco, recomendou que se viabilizasse um outro estudo, que a BISA continuasse com a sua personalidade jurídica e que os funcionários da BISA viessem ser incorporados ao Banco do Estado do Paraná.

Se vocês me derem a liberdade, vou ler o documento (Lê):

#### "PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DA BISA AO BANESTADO"

Pronunciamento junto à  
Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná  
(29/04/92 - 15 horas)

#### I - INTRODUÇÃO

Estou comparecendo a esta Sessão Plenária, na condição de Diretor Presidente da BANESTADO S.A. - Informática - BISA, e de Diretor Vice-Presidente de Administração do Banco do Estado do Paraná S.A., com a finalidade específica de atender a convocação desta "Casa" para prestar esclarecimentos sobre o processo denominado de "Projeto de Incorporação da BISA ao BANESTADO", pelos Excelentíssimos Senhores Deputados requerentes, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino.

#### II - DIMENSIONAMENTO INSTITUCIONAL DO BANESTADO

Ao representar o BANESTADO, nesta oportunidade, cumpre-me primeiramente, abordar o contexto em que se situa a Instituição, para que possamos dimensionar e posicionar corretamente os aspectos a serem expostos.

O Conglomerado Financeiro BANESTADO é composto por 10 Empresas, opera 960 pontos de atendimento e abriga um contingente de aproximadamente 14.000 funcionários.

O Banco do Estado do Paraná S.A. ocupa a posição de Empresa Holding do grupo e opera as Carteiras de Crédito Comercial; de Câmbio e Operações Internacionais; de Crédito Rural e Agroindustrial; de Crédito ao Consumidor; e de Operação de Fomento, atuando na condição de Banco Múltiplo.

#### III - CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE DA BISA

A BANESTADO S.A. - Informática, foi constituída em 22/10/1971, tendo por objetivo, "Todas as atividades pertinentes à área de informática, visando dar suporte necessário às empresas do Conglomerado BANESTADO."

Para cumprir sua missão com estrutura organizacional e quadro de pessoal próprio, abrigando um contingente de aproximadamente 1.300 funcionários, distribuídos

entre a matriz, Filiais e Subcentros.

#### IV - PROCESSO DE MUDANÇA

O BANESTADO, atento às mudanças conjunturais vem buscando permanentemente adaptar a sua Estrutura Organizacional a realidade do mercado.

Já em 1986, dispunha de um modelo de organização baseado no conceito de Banco Múltiplo o qual passou a ser implantado com o advento do Plano Cruzado.

Em 1987 intensificaram-se os trabalhos de integração das Empresas do Conglomerado através da unificação do comando e das atividades comuns da área meio, nos órgãos de apoio administrativo do Banco, visando a racionalização de atividades, recursos e estrutura.

#### V - PRESSUPOSTOS DO PROCESSO DE MUDANÇA

Atualmente está sendo desenvolvido o Processo de Alterações Societárias; Patrimoniais e Estruturais que afeta não só a BISA, como também a BANESTADO Administração de Bens e Serviços Ltda., e o próprio Banco, baseado nos seguintes pressupostos:

1 - A reformulação do Sistema Financeiro Nacional com a queda de barreiras legais à Constituição de Banco Múltiplo (Res. do BACEN nº 1523 e 1524 de 21/09/88) visando a simplificação das estruturas das Instituições Financeiras e o barateamento do custo da intermediação financeira.

2 - A necessidade de ajustamento à conjuntura econômica adversa através de permanente racionalização de estruturas, que tem levado os Bancos de forma geral, a reintegrarem as estruturas de Processamento de Dados.

(BANESPA, Itaú, BAMERINDUS, Banco do Brasil, Banco Econômico, BANERJ, BESC, BEG).

3 - O modelo de Gestão do Conglomerado Financeiro BANESTADO, centrado no princípio de comando unificado, segundo o qual as Empresas Financeiras são administradas como se fossem carteiras de um único Banco, sem prejuízo das suas pessoas jurídicas.

Segundo esse modelo, a rede de pontos de atendimento e as carteiras compõem a área operacional que é estruturada por grupos de produtos.

Na área meio, estruturada por função, busca-se a unificação das políticas e dos processos de administração de pessoal, administração patrimonial, administração de materiais e administração de serviços em geral e a conseqüente extinção das estruturas paralelas.

Na área financeira busca-se centralizar o planejamento financeiro e tributário, a administração do caixa único, a previsão, o controle orçamentário e custos, além da contabilidade consolidada e

apoio técnico jurídico, etc.

4 - Os dispositivos legais e o entendimento jurisprudencial que proibem a interposição de mão-de-obra de prestação de serviços.

5 - o pré-julgado que considera como bancários os empregados de Empresa de Informática que prestam serviços a Banco.

6 - A interposição de reclamações trabalhistas pelo SINDPD quanto a 7ª e 8ª hora, avocando as vantagens de bancário, ao pessoal da BISA.

7 - A redução de encargos pela eliminação do custo de mão-de-obra, do faturamento da prestação de serviços relativamente a:

- ISS - 5%, em média, sobre o faturamento
- FINSOCIAL - 2% sobre o faturamento
- PIS/PASEP - 0,65% sobre a receita operacional

## VI - ATOS E DECISÕES FORMAIS

1 - Homologação das Alterações Societárias, Patrimoniais e Estruturais da BISA, pelos Conselhos de Administração da BISA e do Banco, abrangendo:

- Ampliação do Objetivo Social da BISA e alteração da sua razão social para: BANESTADO S.A. - Informática, Locação e Administração de Bens e Serviços.

- Criação da Diretoria de Informática na Estrutura do Banco do Estado do Paraná S.A., aprovada pela Diretoria e homologada pelo Conselho de Administração.

- Definição e validação da Estrutura de Base da Diretoria de Informática do Banco.

- Absorção do pessoal da BISA, adido em Unidades do Banco e Empresas, mediante consulta aos funcionários, negociações e homologação pelo SINDPD.

- Absorção do pessoal efetivo da BISA, mediante criação da carreira de informática e ajustes no Plano de Carreiras do Banco, negociações com funcionários através de Comissão específica e homologação pelas entidades representativas da Categoria.

2 - Determinação às áreas-meio do Banco quanto a execução das atividades de suporte técnico e administrativo necessários ao adequado funcionamento da área de informática do Banco (DINFO) e à manutenção da Pessoa Jurídica da BANESTADO S.A. - Informática, Locação e Administração de Bens e Serviços.

## VII - CARACTERIZAÇÃO DOS AJUSTES

Na realidade não existe um Processo de Incorporação da BISA pelo Banco, o que juridicamente implicaria na pura e simples extinção da BISA.

Pelo contrário, além da BISA continuar existindo como Pessoa Jurídica, está prevista a ampliação do seu objetivo social,

passando a ser uma Empresa de Informática, Locação e Administração de Bens e Serviços, em decorrência da extinção da BABS.

Com relação aos trabalhadores existentes no quadro da BISA, busca-se a sua transferência para o Banco visando a unificação dos quadros de pessoal do BANESTADO e a eliminação de situações que têm motivado as citadas reclamações trabalhistas.

Dos 1.300 empregados da BISA, aproximadamente 850 já cumprem jornada de 6 horas diárias, podendo enquadrar-se perfeitamente no regime dos bancários. Restam em torno de 450 dentre técnicos e gerentes, cujo enquadramento está sendo estudado e negociado.

Recentemente, em processo negociado obteve-se consenso entre funcionários, sindicato e banco, e foram enquadrados na carreira bancária cerca de 200 funcionários da BISA que encontravam-se prestando serviços em outras unidades na condição de adidos.

A par disso, cerca de 300 funcionários da BISA inscreveram-se espontaneamente em concurso interno para enquadramento no cargo inicial da carreira bancária, onde 102 conseguiram aprovação e estão em fase de transferência para o Banco.

## VIII - PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

Com a finalidade de debater as condições das alterações e formular propostas à Diretoria, foram constituídas 3 Comissões de Assessoramento sendo uma de Recursos Humanos, uma de Assuntos Financeiros e uma de Assuntos Administrativos, ampliando-se a participação prevista no acordo trabalhista 91/92, de 1 para 3 representantes da categoria em cada comissão, conjuntamente com 3 representantes do corpo gerencial da BISA, técnicos e representantes do corpo gerencial do Banco.

Acham-se em andamento os trabalhos de definição dos ajustes do Plano de Carreira, condições de enquadramento do pessoal e estrutura de base da Diretoria de Informática.

## IX - CONCLUSÃO

Finalizando, cumpre destacar que o referido processo de Alterações Societárias, Patrimoniais e Estruturais não implica em ameaça à manutenção do emprego, tampouco acarretará prejuízos financeiros relativamente aos níveis de salários praticados.

Ressalte-se ainda que o presente processo abre aos funcionários a perspectiva de ampla evolução na carreira bancária, condição esta até então inexistente."

Senhores Deputados, Senhor Presidente da Mesa.

Essa era uma das informações iniciais que nós pretendíamos, esse documento é um



documento que vamos distribuir a todos os Deputados, vamos entregar inclusive à imprensa, porque é um documento totalmente transparente e eu não vejo qualquer motivo e esperamos que a Assembléia também estude esse documento, olhe com muito carinho essa documentação toda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados inscritos poderão interrogar o Senhor Secretário e a sua assessoria durante 5 minutos. Com a palavra o Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Presidente, Senhor Secretário Heron Arzua, Senhor Presidente do BANESTADO, Dr. Heitor Wallace, Dr. Walter Senhorinho.

Eu realmente me inscrevi para fazer uma pergunta nesta segunda fase da nossa Sessão, mas eu peço vênica, nesse instante, para, rapidamente, em nome de uma preocupação particular minha e acredito que de muitos Deputados aqui desta Casa quanto à primeira fase, para que Vossas Excelências não levem uma imagem talvez até distorcida ou desmerecida desta Casa. Pelo fato que a grande maioria dos Deputados não se posicionou a respeito do BADEP. Eu tenho uma opinião muito especial a respeito da liquidação extrajudicial do BADEP, em que pese a Carteira de Fomento do BANESTADO pelas informações que nós temos, vem desenvolvendo-se a contento eu me acho no direito de, também às vezes, ser cabeça dura como o Governador Requião de ainda não ter engolido essa liquidação extrajudicial do Banco.

Mas, quero crer também que as perguntas que nós deveríamos fazer, deveriam ser, evidentemente, que ao liquidante Dr. Moacir Hércules que já veio a esta Casa por duas vezes e não se portou a contento, não conseguiu responder às perguntas que nós a ele fizemos. Portanto também acho que ficou, de certa forma, bastante prejudicado porque as perguntas que nós deveríamos fazer não seriam efetivamente ao Secretário Heron Arzua e sim ao liquidante. Eu quero fazer essa ressalva para que os Senhores não levem daqui a impressão de que poderia haver, de certa forma, um desinteresse da nossa parte quanto a esse assunto, BADEP.

Quanto a questão da incorporação da BISA ao BANESTADO, eu também concordo que por uma questão fiscal seria de bom alvitre que ela fosse levada a termo. A minha preocupação no entanto, e eu gostaria Dr. Walter, se o Senhor pudesse nos responder com maiores detalhes a preocupação que tem chegado aos Deputados e aos nossos gabinetes por parte de funcionários da BISA que têm nos procurado com insistência trazendo

números trazendo informações a preocupação seria se efetivamente a nível dessa incorporação de que maneira eles teriam salvaguardado seus direitos e não seriam prejudicados. Eu sei que o Senhor comentou aí que seriam formadas Comissões, que estas Comissões estariam discutindo nos sindicatos, com as lideranças da BISA, de que maneira os funcionários da BISA não estariam prejudicados nessa incorporação?

O DR. WALTER SENHORINHO - Existe uma Comissão, Deputado, na área dos Recursos Humanos, trabalhando inclusive junto com os próprios funcionários da BISA, e técnicos na área de recursos humanos, inclusive está aqui presente o nosso Diretor de Recursos Humanos, Wilson Dietrich, e esta Comissão está fazendo um trabalho junto a toda categoria, porque prejuízo salarial não vai haver. E o que nós estamos agora discutindo e dando inclusive oportunidade aos funcionários da BISA é terem um quadro de carreira decente, eles não tinham até hoje, nós reconhecemos, nós já falamos diversas vezes, os próprios elementos do Sindicato, a Comissão dos Trabalhadores é a oportunidade que eles estão tendo agora de discutirem um plano de cargo e salários que vai ser dentro da estrutura de informática do Banco, dentro da Diretoria de informática do Banco, de acordo com as necessidades da empresa e dos trabalhadores. Agora, eu garanto aos Senhores e nós já estudamos diversas alternativas, os funcionários da BISA sabem disso, que prejuízo financeiro não haverá para ninguém, o Banco vai garantir essa função dele salarial, esse ganho salarial que ele tem, a mesma função. Nós vamos equipará-lo dentro do quadro do Banco, sem que ele tenha qualquer prejuízo nas funções. Agora, é preciso que realmente eles venham para o quadro do Banco porque existe uma expectativa inclusive dentro dos funcionários da BISA de seguir uma carreira bancária, quer dizer, hoje tem mil e trezentos funcionários e já tem cento e poucos que já passaram no primeiro teste seletivo no concurso interno que foi feito. E eu tenho certeza que se nós abrirmos essa possibilidade a todos eles, nós vamos ter excelentes profissionais dentro do Banco que virão da parte técnica da BISA. Acho que a oportunidade que nós estamos dando agora é realmente de se discutir um plano de cargos e salários à altura da tradição dos trabalhadores da informática.

O SR. NELSON JUSTUS - Todos eles serão aproveitados, Dr. Walter?

O DR. WALTER - Todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado

Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Declino.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Dr. Heron, Dr. Heitor, Dr. Walter.

Eu me inscrevi também nessa segunda fase, a preocupação que eu tinha o Deputado Nelson Justus acabou de fazer, com muita segurança o questionamento no que diz respeito aos funcionários da BISA. Então desta forma eu também me dou por satisfeito mas aproveito a oportunidade para cumprimentar, particularmente a Presidência do BANESTADO na pessoa do Dr. Heitor, dos demais Diretores e também ao Dr. Heron. O Banco do Estado do Paraná é um orgulho para todos nós paranaenses, principalmente com este resultado que fora apresentado para a população, para a comunidade paranaense, um resultado simplesmente fantástico no que diz respeito aos seus lucros nesse último ano, e também a firmeza com que vem o Dr. Heron Arzua dirigindo a Secretaria da Fazenda. Eu tenho percorrido o nosso Estado, principalmente o Sul do Estado do Paraná e posso ser testemunha do crescimento do Banco, do respeito que a população está tendo, do carinho e até, por que não dizer, do aproveitamento muito melhor ainda através dos seus funcionários que estão no interior do Estado do Paraná dando aquela resposta que a Presidência do Banco, o próprio Governador do Estado gostaria de ter e está tendo nas ações dos seus funcionários no interior do Estado do Paraná.

A todos de minha parte os meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhor Secretário Heron Arzua, Senhor Presidente Heitor Wallace, Vice-Presidente Walter Senhorinho, Senhores Diretores do Banco do Estado, eu estou acompanhando atentamente a exposição tanto do Senhor Secretário como acompanhei também do Senhor Walter Senhorinho.

Esta Sessão se iniciou imaginando-se que duas questões seriam abordadas: a questão do BADEP e a questão da BISA. Logo ao iniciar-se verificou-se que o Senhor Secretário não havia sido convocado para falar sobre o BADEP.

Eu, rapidamente, Senhor Presidente, só para efeito de que se conste nos anais para uma correção. Falou-se nesta Casa que os assuntos com respeito ao BADEP não te-

riam continuidade por falta de embasamento do Senhor Secretário. Houve aqui uma impropriedade de linguagem, de expressão. Embasamento o Senhor Secretário tem e o tem bastante; ele só não falou sobre o BADEP porque não foi convocado para esta finalidade. E temos a certeza de que quando o for, ele aqui comparecerá com todos os elementos, inclusive com a sua explicação que vier a ser feita; também o nobre Deputado Nelson Justus ficará satisfeito com os esclarecimentos que o Senhor Secretário vier a prestar. Portanto, que se fique esclarecido: embasamento o Secretário tem, e tem bastante, mas ele veio aqui falar sobre a BISA.

E o Senhor Secretário colocou muito bem que todas as providências que serão tomadas, estão sendo tomadas, tanto pela Secretaria como pelo Banco do Estado, têm em vista sempre a proteção ao patrimônio.

O Senhor Walter Senhorinho ao apresentar aqui as suas explicações com respeito à incorporação, ao que se falou aqui da incorporação da BISA foi muito claro também no item quinto, inciso II:

"Há necessidade de ajustamento à conjuntura econômica adversa, através de permanente racionalização de estruturas, que têm levado os bancos de forma geral a reintegrarem as estruturas de processamento de dados, exemplos: BANESPA, ITAÚ, BAMERINDUS, BANCO DO BRASIL, BANCO ECONOMICO, BANERJ, BESC e BEG. Tantos outros bancos que têm processado desta maneira nenhum deles precisou vir a esta Casa, mas o Banco do Estado faz as mudanças e tem condições de vir a esta Casa de Leis e explicar como e porquê está fazendo as mudanças.

Esta Casa tem cobrado do Poder Público eficiência administrativa e quando o Poder Público toma as providências desta eficiência administrativa precisa vir a esta Casa explicar.

Mas eu me congratulo com o Senhor Secretário, com toda a diretoria do Banco que pode fazer as mudanças e pode vir a esta Casa explicar de maneira clara porque as está fazendo, porque o Banco do Estado, e aqui também nós queremos cumprimentar a toda a diretoria, é hoje um dos principais bancos deste País em eficiência, em produtividade e em resultados.

E, finalizando, eu quero dizer que me orgulho de ter pertencido à diretoria deste Banco. Até quando eu cheguei nesta Casa eu disse que vinha de uma empresa onde aprendi muito, onde mora a competência, a responsabilidade, a eficiência empresarial e a capacidade gerencial.

Meus cumprimentos ao Senhor Secretário, ao Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente e toda a diretoria do Banco por esses esclarecimentos.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Doutor Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhores Deputados, após o garoto-propaganda Oswaldo Trevisan, espero fazer alguns questionamentos - dava para ser contratado para o "Empunhe esta bandeira".

Bem, Senhor Walter Senhorinho, eu gostaria de fazer algumas perguntas para esclarecer, até porque a leitura de um documento como ele foi feito, sem ter conhecimento dele anteriormente, impede a gente de uma análise mais profunda. Numa leitura simples dá-se a impressão de que muito do que está se propondo pode ser feito como está a BISA hoje sem ser incorporada. Dito isto, eu quero dizer que não sou também "a priori", a princípio, contra a incorporação, mas este tipo de leitura não justifica a incorporação. Diz o Senhor que há uma vontade dos funcionários para que seja incorporado ao BANESTADO. Então, nós solicitamos do Senhor a pesquisa que foi feita e que demonstra esta vontade, porque deve ter sido feita uma pesquisa, deve estar arquivado, deve ter sido feito por escrito. Então, nós solicitamos cópia dela. Quanto a questão da Sétima e Oitava hora, eu pergunto: qual a origem desse problema e como resolver? E não vejo nenhuma preocupação no sentido de ter uma ação coletiva dos funcionários em relação a BISA, uma vez que todos os componentes da Mesa, parece, também têm ação trabalhista contra o BADEP; o Sr. Heitor Wallace e parece que o próprio Senhor também tem. Quer dizer, ação trabalhista a gente sempre faz quando se acha lesado nos seus direitos. Então, não justificaria isto a incorporação. Diz que a carga tributária é muito alta. Quanto importa isto mensalmente e quanto importa também mensalmente, em dinheiro, a contratação de empresas para prestação de serviços, como a Digidata, Employer e a Fabe (?) que está contratada que a gente sabe. Então, quer dizer, há funcionário com excesso de serviço dentro da BISA que tem que contratar empresa? E por que não contratar corpo técnico próprio e ter um eficiente corpo técnico? Porque a contratação de serviços a gente sabe o que é que faz: leva a perda de eficiência, a perda da agilidade e a perda de competição no mercado.

Aí acaba sucateando a BISA dentro do próprio BANESTADO. Eu creio que não é esta a intenção. Quando foi dito dos bancos múltiplos, a gente sabe que os bancos múltiplos tem competido no mercado com uma certa competência, mas nós também sabemos que a parte de informática, o setor de in-

formática geralmente tem que ter autonomia e pela exposição que o Senhor fez não mostra esta autonomia. Vai ter uma diretoria e sabe-se lá quantos cargos de chefia para ter reajustes superiores aos demais funcionários como o Governador acabou de fazer. Quanto a negociação que o Senhor disse, que está sendo feita com o sindicato, nós temos informações que o acordo foi assinado em setembro de 91, mas a negociação iniciou-se somente após a convocação do Senhor para comparecer aqui nesta Sessão de hoje.

E também a gente faz um questionamento sério: nós sabemos que a Babes (?) já foi incorporada num processo truculento do Sr. Molinari que forçou funcionários assinar a desistência de ação trabalhista. Que tal se o Governador do Estado fizesse a mesma coisa para trabalhar no BANESTADO; forçasse a desistência de assinatura de ação trabalhista na Justiça do Trabalho. E por último a gente sabe que vai ter uma mudança e como vai permanecer a questão patrimonial da BISA e outras questões que se propõe a operação da razão social e nós interpelamos por que não discutir toda esta incorporação, todinha, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, uma vez que mexee diz respeito ao patrimônio do Estado e da população.

O SR. HERON ARZUA - Senhor Deputado, em nome do Governador do Estado eu gostaria de deixar bem claro que toda vez que houver uma divergência de interpretação entre os interesses do Banco e os interesses dos funcionários nós como administradores, por dever de ofício, vamos lutar pelos interesses do Banco e não dos funcionários. Os funcionários tem os Sindicatos, têm os seus advogados muito competentes e sabem muito melhor do que nós defender os seus interesses. Agora, a nossa obrigação é efetivamente defender o patrimônio do Banco, defender os interesses do Banco.

Eu vejo com certo pessimismo, a evolução da conjuntura brasileira, para as instituições financeiras. Se não houver mudança de política econômica, nós não podemos festejar muitas vezes, resultados positivos de instituições financeiras. Se os Senhores fizerem uma análise das instituições financeiras, inclusive estatais, como o Banespa, por exemplo, os Senhores perceberão claramente que há um processo de enxugamento da mão-de-obra. E eu que questiono até quando nós vamos poder agüentar um sistema dessa natureza. De qualquer maneira, essa é uma primeira posição. Toda vez que houver uma divergência de interpretação e que não for possível um acordo com os funcionários, afinal, quem vai dizer quem tem razão, é a Justiça do

Trabalho. Sem forçar. Não é do nosso hábito, proceder correções em matéria de funcionalismo, até porque nós temos agora e o Partido dos Trabalhadores defende essa bandeira, a intransigência de concurso público para admissão em todas as empresas públicas. E eu até me preocupo com esse sistema que o Dr. Walter falou, de teste seletivo interno, porque para que houvesse isso, nós precisaríamos que o ingresso originário, tivesse sido precedido de concurso público.

Então, eu só queria esclarecer a esse respeito.

Quanto à política governamental que o Senhor se referiu "en passant", eu apenas gostaria de que se fizesse um retrospecto histórico, voltássemos a dezembro e janeiro, para lembrar que o último reajuste do funcionalismo público, as funções gratificadas no Estado e o salário de Secretário de Estado, não por ser Secretário, mas porque é o limite constitucional de remuneração dos demais servidores, teve o menor índice de atualização. Se o senhor fizer um histórico no período, os srs. verão que os índices de remuneração dos cargos em comissão, hoje em dólar, é menor do que quando assumimos o Governo do Estado, embora esse reajuste nominal em dólar ainda é inferior.

Agora repito, o relativo aumento, a folga com que quisemos fazer esse último reajuste, se deveu à compreensão dos salários dos Procuradores do Estado, dos fiscais da Fazenda; da Polícia Militar e da Polícia Civil, tinham em função de um redutor que chegava a Cr\$ 1.900,00 no mês passado, bruto. No líquido, a Cr\$ 1.600,00.

Ora, a evasão que temos tido na Fazenda, através de aposentadorias precoces e outras situações, nos indicam que se não cuidarmos muito bem dessa questão salarial no Estado, vamos ter uma evasão justamente das pessoas competentes, daquelas que o Estado necessita e que não pode perder. Eu vejo até com certa apreensão uma situação dessa natureza, só não mais evidenciada em função da recessão, já que a iniciativa privada também não está absorvendo todo o excesso. De qualquer maneira, era uma explicação devida, mas já que ela foi feita, é incorreta.

Eu passo agora a palavra ao Dr. Walter, porque existem questões específicas que o nobre Deputado colocou.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Dr. Walter falará por cinco minutos.

O DR. WALTER - Complementando as informações anteriores, eu acho que o documento que foi entregue, nobre Deputado, se o senhor analisar profundamente, vai le-

vantar todas as questões e vai ver o porquê está sendo feito isso aí.

A Mesa e o Banco têm elementos altamente técnicos que estudam com muito critério essas promoções e além das questões colocadas, eu gostaria de dizer aos senhores, o seguinte: todos os caminhos são conduzidos de uma forma a serem discutidos em todos os escalões do Governo.

Além do Conselho de Administração do Banco, além da própria Diretoria do Banco, da própria Diretoria da BISA, esse assunto foi amplamente debatido na reunião do Conselho de Administração da BISA, onde, inclusive, existe um funcionário que é eleito pelos próprios funcionários, ele é Conselheiro. E temos uma ata do dia 24 de janeiro - e quando o senhor disse aí que as Comissões foram montadas agora acho que houve um equívoco de sua parte - e a mesma está em minhas mãos, que foi assinada inclusive pelo funcionário-Conselheiro e todos os Conselheiros, onde o Conselho já autorizou a fazer essa incorporação. E nesta própria ata já se determinava inclusive as Comissões, os estudos para que esse projeto pudesse ser levado avante. E a questão da sétima e oitava hora, o senhor sabe perfeitamente que está sendo discutido na justiça, o senhor tem conhecimento disso. E vamos esperar a decisão da Justiça e não podemos nem dizer qual a posição a ser tomada.

O patrimônio da empresa, está o nosso Diretor-Financeiro, que é quem cuida com muito carinho de todos os patrimônios e empresas do Banco, junto com o seu grupo de técnicos. E tem um aspecto fisco-contábil que é muito criterioso para que você possa tomar uma decisão destas. Eu não consegui anotar todas as perguntas.

A contratação de outras empresas, você tem os dias do mês em que você tem o pagamento do funcionalismo, você tem vencimento de COPEL, luz, água, você tem... o processamento exige muito mais mão-de-obra. E tem também uma parte do mês que fica todo ocioso, uma ociosidade muito grande dentro dos equipamentos.

Então você não pode ficar também contratando gente à vontade para ficar com o tempo ocioso dentro da empresa. Então, essas empresas nos dias de "pique", prestam alguns serviços ao banco.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Réplica, Deputado Doutor Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sinto que não respondeu às questões que eu levantei, continua na mesma maneira. E quanto ao que falou o Sr. Secretário, eu acho que é desnecessário dizer que vai lutar pelo patrimônio do Banco. Agora, os direitos dos trabalhado-

res deve lutar, agora, esse relacionamento deve ser democrático. E isso geralmente não tem acontecido na administração do governo estadual, atual, e nem do anterior também.

Eu não vou entrar na questão dos reajustes porque, quando um Secretário que ganha um milhão e novecentos, tem 108, vai para 4 milhões, um servidor, coitado, que ganha 100, vai para 130 mil, 140 mil. A inflação deu muito diferenciada nesse período.

Quanto à questão que eu coloquei da reunião de um acordo de trabalho foi assinado entre a BISA, que eu saiba, e o SINDIPEDE em setembro do ano passado, e a reunião que o senhor citou é do Conselho e não do Sindicato da categoria, como reza o acordo.

E eu aguardo, e sei que provavelmente o senhor não tenha aí qual é o montante, como perguntei, das despesas a respeito dos impostos pagos, o montante pago a cada uma e quais são as empresas contratadas para prestação de serviço que gostaria de ter esse parâmetro. Então, as demais questões que eu levantei, eu acho que continuam ainda válidas.

Não falei anteriormente, mas vou falar a respeito do que foi divulgado do prejuízo da BISA e o que nós sabemos pelo menos nesse balanço aí fatura o que quer para pagar menos imposto e o que não se fatura. Portanto, é um prejuízo relativo, podendo inclusive dar lucro, e eu acho até que ele foi divulgado como prejuízo para justificar a incorporação, porque nós sabemos como a contabilidade é feita.

O SR. HEITOR WALLACE DE MELLO E SILVA - Sr. Presidente da Mesa e Srs. Deputados.

Sobre o aspecto da contratação das empresas de prestação de serviços, não podemos dimensionar uma estrutura de pessoal para atender em ponto crítico, em pique de necessidade de serviço.

Então, a forma encontrada, efetivamente, é a de que temos que ter uma estrutura que atenda normalmente a empresa, e no pico, nós devemos ter alternativas que nos possibilitem atender as necessidades da empresa. E esta alternativa encontrada é, efetivamente, através de uma prestação de serviço complementar, contratada através de uma empresa independente. Os valores, o Sr. Walter Senhorinho irá passar aos Srs. Deputados, posteriormente, porque não possuímos esses números, agora.

O aspecto que o senhor levantou, o aspecto contábil da empresa e a apresentação do prejuízo. É óbvio, se temos uma estrutura em que todas as instituições estão vinculadas ao Banco, não há porquê se caracterizar lucro numa delas, a fim de que

tenhamos que pagar imposto de renda, em detrimento do próprio patrimônio da instituição como um todo. Aquilo ali nos interessa, efetivamente. A BANESTADO Informática tem como finalidade precípua atender a prestação de serviço do Banco e como tal, nós pretendemos repassar os recursos necessários à sua atuação e ao seu desenvolvimento, como tal instituição. E não vir a criar um lucro fictício, sobre o qual tínhamos necessidade de pagar, também o imposto de renda devido. Quer dizer, foi uma técnica praticamente contábil que nós tomamos, evitando assim a necessidade de se transferir recursos para o Governo Federal.

O que queremos é que ela permaneça. De maneira alguma passou para nós a hipótese de que através deste prejuízo nós viéssemos a incorporar a empresa.

Eram estes os esclarecimentos que eu queria dar ao Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trêplica ao Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Só quero dizer que na imprensa foi explorado politicamente, que devido a este prejuízo, deveria ser incorporado. Foi o que "rodou" em toda a imprensa estadual. E isso é crime com a opinião pública.

O SR. HEITOR WALLACE DE MELLO E SILVA - Não apresentado através do próprio Banco. Não foi o banco que deu esta informação.

O DR. ROSINHA - Foi o Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Ovídio Constantino, último Deputado inscrito.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sr. Presidente do BANESTADO, Sr. Vice-Presidente. Nós sinceramente queremos cumprimentá-los pela disposição em atender ao nosso pedido de aqui prestarem esclarecimentos.

Em nome da Bancada do nosso Partido, nós queremos agradecer, sinceramente.

Eu queria apenas levantar alguns aspectos que não me ficaram claro. Poder-se-ia ser respondido com mais detalhes. Primeiro, a respeito da contratação de serviços. São exemplos claros. Mas, há informações de que funcionários da BISA (sic) competentes para o trabalho, parados, enquanto serviços contratados estão sendo feitos, no Banco. Que Vossas Excelências confirmassem ou não isso e por quê.

Segundo: como ficará na Justiça as questões pendentes que os funcionários, como mencionou o Dr. Rosinha, a respeito

da sétima e oitava horas, que já está na Justiça, como se resolverá isso com a incorporação? E aí eu apenas cito, novamente, o exemplo já citado pela questão da BAP'S (sic), quando temos informações de que funcionários foram coagidos a assinar um documento de desistência das ações judiciais, e quando não, perderiam o emprego. E alguns que recusaram, concretizaram-se suas demissões. Quer dizer, se esta forma seria utilizada na BISA (sic).

Na sequência, eu gostaria de mais detalhes a respeito da participação dos funcionários. Nós temos claro isso, que qualquer órgão público, o próprio BANESTADO, a BISA (sic) são órgãos públicos que têm um corpo de funcionários e que nós, povo do Paraná, precisamos de serviços competentes, de servidores formados e capacitados para atender a opinião pública e prestar serviço ao povo. A direção de um banco, a direção de um órgão público passa, três, quatro, dois anos de mandato e passa. Mas os servidores permanecem. Nós entendemos que os servidores, organizados em sindicatos nos vários órgãos públicos, têm o direito de participar das decisões que eles irão permanecer, talvez por anos e anos ou décadas dentro destes órgãos. E que eles, no nosso entendimento, têm o direito de ter uma participação mais efetiva.

Então, que Vossas Excelências colocassem com detalhes como isto foi no concreto

rezeado pelo questionamento do Dr. Rosinha. E por informações que nós temos, essa é uma grande reivindicação dos Sindicatos e dos Funcionários da BISA, que não estão participando disso, isso o próprio Deputado Justus colocava anteriormente quando nós aqui recebemos formulários, visitas dos funcionários e que há manifestações de que eles não estão contra, não questionam, mas querem participar. De que forma, concretamente, abertamente com transparência eles poderão ou estão participando do processo.

E para concluir, se os Senhores, eu pelo menos tenho uma dúvida, se a incorporação de um corpo técnico qualificado, de 1200, 1500 funcionários. Há um grande Conglomerado de mais de aproximadamente 15.000 funcionários quatorze do BANESTADO, se isso não diminuiria a eficiência da Informática no Banestado. São essas as questões.

O SR. HERON ARZUA - Quanto a questão específica de contratação de serviços eu vejo um outro ângulo da questão, que eu acho que nós temos que pôr com muita clareza também. Nenhuma empresa hoje em dia pode ficar na mão de um grupo de funcionários. Nós sempre teremos que montar um sistema de segurança.

O Senhor já imaginou uma greve na BISA, como é que ficariam os serviços do BANESTADO, sem nenhuma segurança. Eu acho que isso implica e passa por aí também, não só em questão de pico, mas você tem que ter permanentemente uma organização paralela, funcionando para dar até garantia. E isso tem ocorrido muito no Brasil.

Eu acredito que não exista mais nenhuma empresa que não tenha serviços alternativos de segurança e para fins de enfrentar esses piques de serviços que nós temos. Mais preocupante que a BISA, eu informo aos Senhores Deputados é a situação da CELEPAR, que teve um sucateamento muito grande nos últimos anos e nós estamos pretendendo recuperar. E a CELEPAR tem uma importância fundamental no processo de informática do Estado. E ela não está em condições tão boas como a Banestado Informática. Nós estamos inclusive pretendendo entrar com um sistema paralelo de segurança aproveitando talvez os computadores da Universidade de Londrina e de Maringá, para que se acontecer algo na CELEPAR, nós não fiquemos na Fazenda sem nenhuma garantia quanto as questões fiscais e a Secretaria da Administração sem nenhuma garantia quanto ao pagamento do funcionalismo público.

Então essa questão de contratação de terceiros, a visão do Conselho da Administração é de haver efetivamente uma margem de segurança, porque nas questões sempre poderá haver divergências nos acordos, nos embates sindicais, mas isso não pode efetivamente prejudicar o andamento da empresa. Eu acho que o Dr. Walter poderia completar.

O SR. WALTER - A título de informação, sobre o de terceiros o Secretário já disse, a participação das Comissões, quando foi feito o acordo, quando foi assinado o acordo, coletivo de trabalho era um funcionário da BISA participando das Comissões. Hoje nós temos, foi ampliado esse número, quer dizer, eles é que estão participando das três comissões existentes para se chegar a um consenso, objetivando realmente a incorporação.

A eficiência, Deputado, nós da vinda do corpo de funcionários da BISA para dentro do Banco, nós não vamos perdê-la de maneira alguma porque vai existir um corpo técnico da mesma maneira que existe hoje. Nós simplesmente vamos realmente adaptar a estrutura a nova realidade do que existe hoje, dentro da Jurisprudência já formada, da questão trabalhista, uma série de detalhes que nós estamos discutindo. Então não acredito de maneira alguma que a eficiência vá se perder pela vida. Nós já fomos consultar todos os Bancos que fizeram o

mesmo trabalho, tiveram os mesmos objetivos dos nossos e todos eles só ganharam com a incorporação inclusive os próprios funcionários.

A autonomia também não vai se perder porque existem comissões, existe Diretoria, existe o corpo gerencial, existem comissões para se debater a informática com a participação do corpo gerencial todo. Então não acredito que a eficiência vá se perder por aí.

O SR. OVIDIO - Eu insistiria em esclarecer a questão das três Comissões que o Dr. Walter menciona. Quais são, especificamente, as Comissões e suas funções, que o Sr. coloca a participação dos servidores no acordo coletivo e o que nós questionamos, particularmente, é a participação especificamente na questão da incorporação, a discussão da incorporação.

E uma outra dúvida que ainda paira é a questão destes serviços alternativos, mencionados pelo Secretário, se há um corpo da BISA e que estariam ociosos e se se contratam serviços particulares isso estaria contribuindo provavelmente para os prejuízos, quer dizer um custo desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Réplica do Dr. Walter.

O DR. WALTER - As Comissões, Deputado, são três, e uma na área de Recursos Humanos aonde os funcionários da BISA estão participando também, esta interessa mais diretamente a eles porque envolve a incorporação dos funcionários ao quadro do Banco. Então esta Comissão eles participam, a outra é a Administrativa e a Financeira, mas nas três Comissões têm funcionários da BISA participando.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - E estas Comissões tratam especificamente da incorporação? E qual o poder de decisão dos funcionários? É só participação ou eles têm algum poder de decisão, de voto nestas Comissões?

O DR. WALTER - Sim, trata da incorporação. Eles têm o poder de decisão, de voto. É um consenso que eles têm que chegar, entre eles para que possa se objetivar esse trabalho. Autonomia, eu posso dizer aos Senhores que, mesmo depois que eles chegarem a todas as deliberações, em consenso, isso terá que ser submetido ao Conselho da Administração da própria BISA e do Banco também. Mesmo após eles apresentarem o trabalho, evidente que após o trabalho vai haver uma Ata onde todos vão assinar e depois nós vamos submeter à própria Diretoria do Banco e ao Conselho de Administra-

ção da BISA.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Obrigado. Senhor Presidente, eu só queria reafirmar que nós não estamos questionando e não somos contra, mas o próprio objetivo do Requerimento foi para esclarecer à Assembléia as dúvidas levantadas pela imprensa, pela própria organização dos servidores, e que nós entendemos que a preocupação deles tem fundamento, devem ser levadas a sério, pelo que representam os servidores do serviço público, do Estado do Paraná.

O DR. WALTER - Eu queria dizer, Deputado, que nós temos o maior apreço pelos Servidores da BISA, nós sabemos da importância deles, dentro deste contexto todo e nós estamos tratando do assunto com muito carinho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Declaro encerrado os debates.

É lícito aos Senhores Líderes usarem da palavra por 5 minutos, sem apartes.

Com a palavra o Senhor Deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhores Diretores do BANESTADO aqui presentes, Senhores Deputados.

Nós queremos, nesta oportunidade, registrar mais uma vez os nossos agradecimentos ao Dr. Heron Arzua, que já compareceu a este Parlamento, por diversas vezes, para prestar esclarecimentos, responder questionamentos a ele formulados acerca de assuntos de interesse do Paraná atinentes tanto ao Poder Executivo mas que, de alguma forma, interessa também ao Poder Legislativo.

Agradecer ao Dr. Heitor, ao Dr. Walter, pela presença, no dia de hoje, e tenho certeza, Senhor Presidente e Senhores Deputados que esta sempre será a postura dos nossos Secretários e demais integrantes da equipe do Governo Roberto Requião.

Nós, em todas as oportunidades que julgamos oportuna e necessária a vinda de um Secretário de Estado ou de um dirigente de uma empresa pública, temos assim procedido convidando essas autoridades para, em Plenário ou nas Comissões, comparecer e prestar os esclarecimentos que são solicitados. E até mesmo, em muitas ocasiões, temos a exemplo dos assuntos que hoje foram abordados, dado aprovação a requerimentos formulados através do Plenário da Assembléia, para que nós possamos através de diálogo, através de exposição do Senhor Secretário e das demais pessoas que aqui comparecem hoje, esclarecer dúvidas e traçar novos rumos para o nosso Estado do Pa-

ranã.

É uma postura que só temos que enaltecer da equipe do Governo de Roberto Requião, porque sabemos que esta tem sido a postura do Governo do Estado do Paraná. Que busca através da transparência dos atos, dar, à opinião pública, a certeza de que à frente do Governo do Estado, está uma pessoa que está cumprindo com a sua obrigação e que pretende dar à população todos os esclarecimentos que a população julgar necessário. Nesse sentido quero agradecer em nome da Liderança do Governo, aos Deputados que compareceram a esta Sessão de hoje, Sessão Especial, por aqui terem comparecido e por terem a oportunidade de debater com Sua Excelência o Secretário Heron Arzua e nesse debate ter trazido a todos nós esclarecimentos que são de grande importância.

E cumprimentar também a Mesa Diretiva da Assembleia Legislativa pela conduta que vem tendo na condução dos trabalhos desta Casa. Porque também é graças à postura que adota o Presidente Anibal Khury e aos demais integrantes da Mesa Executiva, é que esse tipo de trabalho tem sido conduzido desta maneira franca, aberta, sincera de forma realmente que os objetivos pretendidos se atinjam e não tenhamos aqui, apenas, debates infrutíferos e discussões que não levam a nada.

Nossos agradecimentos a todos e temos certeza que outras oportunidades como essas haveremos de ter.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Secretário, Diretores do BANESTADO. Nós, em nome da Bancada do PT agradecemos a atenção dos Senhores e a presença aqui. Esperamos que outros requerimentos, em outros momentos, convocando Secretários também se faça aprovar por esta Casa de Leis, uma vez que anteriormente, em outros requerimentos que apresentamos, não foram aprovados.

Esse foi o primeiro e os Senhores Secretários sempre compareceram em função de convite da Bancada Governista ou do Líder Orlando Pessuti. Portanto, nós agradecemos e esperamos que inclusive a Bancada Governista, em todos os momentos que se fizerem necessários, aprovem requerimentos no sentido de convocar o Secretário para esclarecer questões importantes. E se isso ocorrer realmente nós passamos a acreditar numa ação mais democrática de tal Bancada.

Agradecemos a presença dos Senhores, sinceramente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda com a palavra, as Lideranças.

Concedo a palavra ao Secretário Heron Arzua para a parte final da sessão de hoje.

O SR. HERON ARZUA - Bom, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é sempre com imensa satisfação que eu venho à Assembleia Legislativa. Se tenho uma frustração na vida é a de nunca ter pertencido a uma Casa Legislativa. Não vai nada, mas eu trocaria de mão o cargo de Secretário da Fazenda por um de Deputado. A minha vida não se encaminhou para isso, não se encaminhou para a política, mas eu sempre tive um profundo respeito e uma profunda admiração pelo Poder Legislativo. Portanto é com muita satisfação que venho a esta Casa Legislativa, que é a Casa a quem eu devo, quando souber, prestar informações e esclarecimentos. Então quero dizer com toda certeza que eu não sei de todos os assuntos. Mesmo este assunto da BISA, ele passou superficialmente pelo Conselho de Administração e eu só fui me inteirar dele, mais demoradamente, hoje de manhã. E realmente acho que não é a minha função estar me imiscuindo em pormenores na administração do BANESTADO, e por isso tenho uma diretoria que eu julgo competente, esclarecida e que pode conduzir o Banco aos melhores resultados. Então, Senhor Presidente, é sempre com muita satisfação, agora, quero deixar aqui um recado com relação ao BADEP, a minha posição com relação ao BADEP é uma posição muito difícil, porque eu até ser convidado para ser Secretário de Estado da Fazenda eu estava numa comissão que defendia o não fechamento do BADEP. Fui uma das pessoas que batalhou antes do acontecimento, da liquidação do BADEP para que isso não acontecesse. Eu moro em Curitiba desde que nasci e sempre tive muito respeito pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná e principalmente pela qualidade dos técnicos que lá trabalhavam. E eu participei, vim até a Assembleia, pedi esclarecimentos, pedi esforços dos Deputados para que não ocorresse aqui o que ocorreu. Eu pessoalmente só parei e me excluí desse assunto, quando tive uma decisão do Governo, uma decisão que sequer fui consultado e nem havia porque me consultar.

Mas eu então sugeriria, já que a questão continua, eu não sei se a Assembleia tem esse poder, eu desconheço o Regimento Interno, de convocar aquelas pessoas que foram efetivamente responsáveis por aquele evento, do pedido da liquidação extrajudicial, o ex-Presidente do BADEP, o ex-Secretário da Fazenda, não sei se seria demais o ex-Governador do Estado, não sei, já que o pedido foi dele, eu não quero entrar nisso. Mas a minha posição para defender a extinção do BADEP



é uma posição que me constrange, porque até então, e foi uma atividade minha pública e notória, eu vim à Assembléia, acompanhado de várias pessoas, mostrar que nós não deveríamos percorrer aquele caminho. Posteriormente, como eu disse, com a minha entrada no Governo, eu não saberia como o assunto iria se suceder, nós tivemos aquele evento. Mas eu sou talvez, no Governo, quem tem mais lutado para que a gente faça um saneamento desse problema do BADEP. Não pelo BADEP e sim pelo que ele representou, pelo seu nível, corpo de funcionários, mas efetivamente porque ele foi responsável pelo fechamento do fluxo do dinheiro para o Estado do Paraná, por questões diversas. E hoje nós já resolvemos quase todas as questões fundamentais que nós tínhamos quando entramos na Secretaria da Fazenda, tanto na parte fiscal quanto na parte financeira. O Banco está bom, deu lucro, os Senhores colaboraram imensamente com isso, ao aprovarem aquele acordo com a Cidade Industrial de Curitiba, aquele acordo foi decisivo para que o banco apresentasse um resultado dessa natureza. Então o que eu quero dizer é exatamente isso, talvez se a gente quisesse ir mais a fundo no problema do BADEP, nós teríamos que primeiro investigar o passado, agora, nós estamos nos esforçando para tomar de volta o BADEP do Banco Central. Os Senhores têm lido nos jornais os nossos esforços perante o Banco Central para que a administração do BADEP e o futuro do BADEP seja gerenciado pelo Estado do Paraná. Quando eu digo pelo Estado do Paraná, eu quero dizer, pelo Governo do Paraná e pela Assembléia Legislativa do Paraná. Diante desse fato que não há como voltar atrás, nós só poderemos trabalhar pela reestruturação do sistema financeiro que passa pela devolução do que restou do BADEP ao Governo do Paraná.

Acho que seria isso. Muito obrigado Senhores!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhor Secretário Heron Arzua; Presidente do BANESTADO, Dr. Wallace e Dr. Walter Senhorinho, a Assembléia agradece a presença de Vossas Excelências, e apenas para esclarecer um equívoco sobre a convocação de Vossa Excelência no que diz respeito ao BADEP, é que o atual interventor foi convidado por duas vezes aqui na Assembléia, esteve por duas vezes e não explicou suficientemente. A convocação de Vossa Excelência foi pelo Plenário aprovada para que pudesse dar alguns esclarecimentos, mas na parte final do seu pronunciamento, no que diz respeito ao BADEP, esclareceu perfeitamente ao Plenário, a situação atual do BADEP e da situação anterior. Vossa Excelência falou com absoluta sinceridade, como verdadeiro técnico, como um homem público de primeira grandeza. Eu cumprimento Vossa Excelência.

E agradeço também o Presidente do BANESTADO e o Diretor que aqui estão por esta conversa, este debate com a Assembléia que foi sobremaneira esclarecedor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão ordinária para quinta-feira dia 30, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 395/91.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 082/92.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 185, 280, 382, 393, 386, 413, 461, 465, 492 e 511/91, do Projeto de Lei Complementar n° 526/91, e do Projeto de Lei n° 563/91.

Levanta-se a sessão.